



**GESTÃO PÚBLICA E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM MINAS GERAIS
A PARTIR DOS ANOS 40
PUBLIC MANAGEMENT AND INVESTMENT ATTRACTION IN MINAS
GERAIS SINCE THE 1940S**

Cleuber Vieira¹
Francisco Diniz²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo compreender como a Gestão Pública do Estado de Minas Gerais empreendeu, a partir dos anos 40, um conjunto de ações, com o objetivo de modernizar a economia mineira, saltando de uma economia baseada na agropecuária e mineração para uma economia de produtos semi-industrializados. A sua composição inclui os seguintes pontos: 1. O Desenvolvimento Econômico em Minas Gerais e a Gestão na Atração de Investimentos; 2. A economia Mineira antes dos anos 40; 3. O arranjo Institucional que possibilitou o desenvolvimento da economia Mineira; 4. Investimento na formação bruta de capital em Minas Gerais e, a conclusão, A ação do Estado, instituições e investimento como vetores do desenvolvimento.

Palavras chaves: Gestão Pública, Atração de Investimentos, Instituições, Economia Mineira, Empreendedorismo Estatal.

ABSTRACT.

The purpose of this article is to show how Public Management in the State of Minas Gerais has been updating its economy since the 1940s, through a number of actions which allowed it to go from an agricultural and mining-based economy to one depending on semi industrial products. It contemplates the following aspects: 1. Economic Development in Minas Gerais and the role of Management in Investment Attraction; 2. The economy of Minas Gerais before the 1940s; 3. The legal

¹ Mestre em Gestão UTAD Professor na UINMONTES. cleubervieira@hotmail.com

² Professor Associado com agregação (Aposentado) do DESG/UTAD. Investigador Principal do CETRAD. fdiniz@utad.pt

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

framework which made it possible for the economy of Minas Gerais to develop; 4.

Investment in gross capital formation in Minas Gerais and; conclusion. The State, the institutions and investment as key aspects for development.

Key words: Public Management, Investment Attraction, Institutions, Minas Gerais Economy, State Entrepreneurship.

1. Desenvolvimento Econômico em Minas Gerais e a Gestão na Atração de Investimentos

Como o Estado de Minas Gerais pensou sua Gestão para atração de investimentos? Parte-se da hipótese de que capacidade do Estado em organizar instituições governamentais e privadas constituem um ambiente favorável ao crescimento econômico e assegurara a estabilidade institucional, a infraestrutura econômica e social, onde os incentivos fiscais são fatores importantes na atração de investimentos, pois, segundo Figueiredo e Resende (2013, p. 62) há evidências empíricas apontando que as características das instituições são um dos fatores que explicam as diferenças de produto entre os países. O que se precisa, segundo Keynes, não é

apertar fortemente os coletes, mas adotar um humor de expansão, de atividades, fazer coisas, comprar coisas, produzir (...), pois o paciente não precisa de repouso, mas de exercício. Não se pode empregar homens pela paralisação, pela recusa de encomendas, pela inatividade. Ao contrário, atividade é o único meio possível de repor, em movimento, as rodas do progresso econômico e da produção da riqueza (Keynes, 1985, p. 37).

Consoante Diniz (1981), a presença do Estado em Minas Gerais foi precoce e determinante para a dinâmica econômica mineira. A ação do Governo de Minas, quanto a suporte e alavancagem da modernização, foi decisiva ao iniciar em 1947 a montagem de um sistema de energia de propriedade governamental; ao construir Contagem na década de 40, lançando a primeira experiência brasileira de construção de uma cidade industrial; e, ao assimilar o debate sobre planejamento que se travava nessa mesma década, em âmbito nacional, elaborou um plano de governo, na convicção de que a industrialização era a única porta de saída para superar o atraso econômico em que se encontrava o Estado, devendo ser incentivada por meio de uma Gestão Pública orientada e eficiente. Foi essa ação precoce do Estado atraiu rapidamente investimentos, fornecendo incentivos resultantes de uma preparação institucional, superior a qualquer

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

outra região do País influenciando o aumento da participação do Estado no PIB Nacional (Tabela 1).

Tabela 1 -Participação relativa de Estados selecionados no PIB do Brasil em 1970, 1985 e 1999- (%)

Estados / Anos	1970	1985	1999
Minas Gerais	8,3	9,6	9,6
São Paulo	39,4	36,1	34,9
Rio de Janeiro	16,1	12,7	11,7
Paraná	5,5	5,9	6,3
Rio Grande do Sul	8,7	7,9	7,7
Brasil	100,0	100,0	100,0

1970: Adaptado de IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*.

1985 e 1999: Adaptado de IBGE. Contas regionais do Brasil, 1985 – 1999. Elaboração da FJP (citado em Minas Gerais do século XXI. Uma Visão do Novo Desenvolvimento. [Volume Especial]. Belo Horizonte: Rona Editora., p. 28).

Vê-se, na Tabela 1, que Minas Gerais salta de 8,3% de participação no PIB nacional, em 1970, para 9,6% em 1999; enquanto o Estado de São Paulo, o mais industrializado do País, cai de 39,4% para 34,9% no mesmo período, fato ocorrido também com os demais estados, exceto o Estado do Paraná, que no mesmo período teve um crescimento de 5,5% para 6,3%. Diante disso, é importante precisar qual o papel e quais as ferramentas que a Gestão Pública, como área de conhecimento, pode oferecer a fim de que o Estado se organize para atrair e potencializar investimentos em seu território.

Por isso, este artigo quer compreender os processos econômicos que o Estado de Minas Gerais construiu a partir de 1940, ao buscar se organizar para coordenar o seu processo de desenvolvimento, quais os obstáculos que foram identificados para serem trabalhados e superados.

2. A economia Mineira antes dos anos 40 e os esforços para modernizar a economia

Primeiro é importante registrar que em 1940, a economia mineira passava por uma enorme desvantagem em relação à economia nacional, como tão bem é destacado, em 1947, no *Primeiro Plano de Recuperação da Economia e Fomento da Produção*. Esse Plano enfatizava a forte dependência da economia mineira de base mineradora e seu limitado avanço na industrialização, marcando a sua especialização na produção de matérias-primas e produtos industrialmente pouco elaborados. Mais importante, o Plano

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

registrava a dependência da indústria mineira em relação à indústria dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, juntamente com a sua pequena conexão com os demais estados. As transações comerciais nos estados do Brasil se davam, em essência, intrarregionalmente, pois na década de 40, o Brasil era como um imenso arquipélago de ilhas econômicas relativamente isoladas, conforme descreve Galvão (1993, p. 260). Por isso que a matriz comercial entre os estados em 1947 registrava nitidamente a importância do comércio entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, o qual chegou a representar 88% do comércio interestadual total realizado naquele ano no Brasil. As exportações de Minas Gerais para os demais estados da região Sudeste representaram, em 1947, 95% das exportações, enquanto para as demais regiões do país apenas 5%, segundo Galvão (1993).

O Plano de 1947 apontou ainda várias fragilidades da infraestrutura como o mais sério entrave à alavancagem da industrialização mineira, advertindo que a pauta produtiva essencialmente baseada em setores como agropecuária, produtos alimentares, têxteis e a produção de matérias-primas e insumos pouco elaborados inibia uma maior participação da economia mineira no PIB Nacional. Na busca de saídas para as fragilidades da economia mineira o *Plano* de 1947 “indicava a criação de uma ‘Taxa de Recuperação Econômica’ para financiar empreendimentos e a implementação de programas sob a responsabilidade do Estado para construir uma infraestrutura, o desenvolvimento de programas destinados a complementar e sustentar novos investimentos no setor industrial.” (BDMG, 2002b, p. 16). Nesse sentido, foi de fundamental importância para a industrialização de Minas o uso do poder de acumulação do Estado, pois um dos resultados do Plano de 1947 foi a elaboração do *Plano de Eletrificação* em 1951, voltado para a solução do problema energético, que deu origem à Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

A questão é: a partir do *Plano de 1947*, quais os instrumentos de gestão e quais instituições o Estado de Minas construiu para potencializar o seu desenvolvimento?

3. O arranjo Institucional que possibilitou o desenvolvimento da economia Mineira

A primeira ação, foi a criação da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, instituição criada para dar suporte ao desenvolvimento mineiro e fruto de uma REGMPE, Brasil-BR, V.1, N°4, p. 89-110, Jul./Ago.2016 <http://www.regmpe.com.br> Página 92

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

mensagem enviada ao legislativo mineiro em 1951. Essa produziu a lei nº 828 de 14.12.1951 e, referendada pelo decreto nº 3.710 de 21.02.52, criou a Cemig com a responsabilidade de gerir o plano de eletrificação do Estado de Minas Gerais, combinando uma equipe técnica altamente qualificada e, ao mesmo tempo, liberdade de atuação, sem muita interferência política.

Para cumprir o seu programa de trabalho, a CEMIG detinha 4/14 da Taxa de Serviços de Recuperação Econômica, vinculados pelo decreto nº 760 de 26.10.1951 para a constituição do fundo de eletrificação. Esses recursos foram fundamentais para assegurar o programa de trabalho da instituição na sua primeira fase, além dos aportes de recursos estaduais, correspondendo a mais de 50% dos investimentos realizados pela empresa no período. Além dos aportes do Estado de Minas, a Cemig dispôs ainda de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE. Assim, a CEMIG nasce ajustada à ideia de uma empresa pública como suporte à expansão capitalista, considerando a incapacidade dos capitalistas nacionais privados e busca de autonomia nacional com relação ao capital estrangeiro.

Mas, como os investimentos que a instituição fez acabaram gerando muita energia (principalmente a partir da construção das hidrelétricas de Furnas e Três Marias – Furnas era investimento Federal e Três Marias investimento da própria Cemig), a industrialização no Estado de Minas passou a ser uma necessidade para que a existência da Cemig se tornasse viável como empresa.

Por isso, o Governador de Minas, José de Magalhães Pinto, em uma mensagem enviada ao legislativo em 1962, manifestava que seria “*necessário apressar a industrialização do Estado para garantir o consumo da energia a ser gerada por Três Marias e Furnas*” (Diniz, 1981, p. 94). É com base nessa realidade que Diniz (1981, p. 74) diz que a “Cemig passou a ser a instituição de maior peso no governo mineiro”.

Nos anos 50, o setor industrial mineiro cresceu a elevadas taxas (147%), comparado aos demais setores (primário 46%; terciário 74%); aumentando a participação desse segmento na formação do PIB do Estado. Esse crescimento foi liderado pelas indústrias de extração mineral (13,7% a.a.), de minerais não-metálicos (16,2% a.a.) e metalúrgica (11,8% a.a.). Ocorria então a maturação de investimentos público e privado em grandes projetos nas áreas de siderurgia (Acesita, Usiminas e Mannesmann); mineração (Companhia Vale do Rio Doce); cimento (Companhia Portland Itaú) realizados no transcorrer das décadas de 40 e 50, conforme registra o BDMG (2002, p. 17). Como

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

resultado, a participação relativa agregada desses três segmentos no valor da produção da indústria de transformação, entre 1949 e 1962,

pulou de 19,8% para 36,3%, em contraste com os ramos tradicionais da indústria de transformações (os produtos alimentares e têxteis que em 1949, representavam quase dois terços do valor de produção manufatureira, viram sua participação relativa reduzir acentuadamente ao longo dos anos 50 (BDMG, 2002b, p. 17).

Mesmo diante desse incipiente avanço, faltava ao Estado de Minas um aparato institucional que sustentasse e articulasse os mecanismos necessários para a promoção de sua industrialização; faltava um centro que permitisse captar os benefícios de suas atividades econômicas e interligasse seu espaço econômico; havia uma deficiência no fornecimento de insumos básicos e na infraestrutura viária; faltavam empresários empreendedores; havia uma concentração da indústria em São Paulo e Rio de Janeiro e uma forte presença no mercado mineiro de produtos industrializado vindos desses dois estados, exigindo novas ações por parte do Estado Mineiro, para destacar Minas Gerais no cenário econômico nacional. Na década de 60, já no seu final, a economia mineira mantinha ainda um baixo desempenho em relação à economia nacional, pois se de um lado era clara a defasagem temporal entre os ciclos da economia mineira e da nacional (estando evidente que a economia mineira tinha a sua matriz econômica vinculada à expansão da indústria de produtos intermediários); por outro, a perda de participação relativa de Minas Gerais no PIB brasileiro teve sua causa na estagnação do setor agropecuário; nas décadas de 60 e 70, o PIB agropecuário mineiro cresceu a taxas anuais médias de 1,6%, conforme registro do BDMG (2002b. p. 18) Somente no final da década de 60, a economia mineira reage, liderada pelos segmentos da mineração e da indústria de transformação, superando a economia nacional como um todo, época em que se observam a consolidação do aparato institucional de apoio e promoção do desenvolvimento industrial no Estado.

Foi o *Diagnóstico da Economia Mineira*, segundo o BDMG (1968) (citado em BDMG, 2002b, p. 18) que organizou os argumentos que justificavam porque o Estado estava sendo prejudicado, desde a fase da exploração do ouro, frisando o tardio avanço do desenvolvimento econômico de Minas no marco nacional, expondo como causas a especialização na produção de bens intermediários e a dependência de Minas em relação aos principais centros industrializados do país, mais uma vez, já que essa avaliação tinha sido realizada no *Plano* de 1947. Esse diagnóstico, ao ressaltar a necessidade de

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

um plano modernizador e industrializante para Minas Gerais, fez que o Diagnóstico do BDMG de 1968 servisse de base tanto para a criação do INDI, do CDI e da Fundação João Pinheiro, como também para elaborar o I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social -I PMDES. Foi somente a partir da década 70, o estado de Minas Gerais passou por profundas mudanças em sua economia, quando um grande volume de investimentos alterou a posição do Estado no contexto da economia nacional, iniciando um processo de diversificação e adensamento da estrutura industrial, consolidando novos setores industriais e a ampliação e inserção nacional e internacional da economia mineira, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Participação relativa das unidades da federação no PIB nacional a preços de mercado nas décadas de 70 e 80 (%)

Unidades da Federação	1970	1980
Minas Gerais	8,34	9,44
São Paulo	39,36	37,66
Rio de Janeiro	16,07	13,55
Paraná	5,53	5,94

Unidades da Federação	1970	1980
Rio Grande do Sul	8,73	8,07
Brasil	100,00	100,00

Adaptado de IBGE. Estatísticas históricas do Brasil (citado em BDMG. (2002b). *Minas Gerais do Século XXI. O ponto de partida*. Volume I. (p.20) Belo Horizonte: Rona Editora.

Vê-se que o estado de Minas Gerais salta de 8,34% em 1970 para 9,44% em 1980 em sua participação no PIB nacional, sendo que São Paulo e os demais Estados listados na Tabela 2 perdem participação, com exceção do Estado do Paraná.

A economia mineira alcançou esse desempenho favorável devido a estes fatores: existência de recursos naturais abundantes; disponibilidade de infraestrutura econômica; existência de indústria básica, como metalurgia e cimento; indústria extrativista mineral, gerando externalidades e mercado para a indústria de bens de capital; privilegiada posição geográfica do Estado; uma política de incentivos fiscais; o aparato institucional de apoio à industrialização, aliados a uma ativa liderança política. Foram esses fatores como os principais responsáveis pelo volume de investimento da década de 70 conforme (Diniz, 1981), além de outros dois aspectos que fortaleceram a economia mineira no cenário nacional nesse período foram: o processo de desconcentração industrial de São Paulo, pois a proximidade geográfica do Sul de Minas e do Triângulo

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

Mineiro com São Paulo e a existência de uma rede urbana já estruturada proporcionaram a essas duas regiões alternativas de localização para o processo de desconcentração industrial de São Paulo; e, um segundo aspecto, foi à posição de destaque do estado de Minas Gerais no *II Plano Nacional de Desenvolvimento* – II PND, do Governo Federal, em função de vantagens comparativas que detinham aqueles setores considerados prioritários à reestruturação industrial. Conforme Diniz (1981), o estado de Minas Gerais recebeu, em média, 25% do montante de investimentos aprovados pelo Ministério da Indústria e Comércio, no período de 1971 a 1979.

Outra instituição que tem contribuído muito para o desenvolvimento mineiro é o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, que foi criado em 1962, fruto de uma campanha para sua criação que se desenvolveu desde 1955. Já nessa época, havia a convicção de que o estado de Minas estava atrasado e de que a industrialização era uma porta de saída para que o Estado se modernizasse. Assim, em 05/01/1962, por meio da lei nº 2.607, regulando-a por meio do decreto de nº 6.555 de 13/04/1962, o Governador Magalhães Pinto cria o BDMG, com o objetivo de apoiar a industrialização mineira. O BDMG, desde muito cedo, empenhou-se em promover a modernização da indústria mineira. O resultado desse esforço foi que o Banco chamou para si as funções de órgão de estudo do Governo, tornando-se um espaço para reunir a inteligência técnica mineira, com um fato novo: pela primeira vez os economistas assumem um papel de liderança e destaque no governo mineiro por meio de uma equipe técnica de alto nível, oriunda da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais, já que a sua implantação fora entregue ao Professor da referida Faculdade, Dr. Paulo Camillo de Oliveira Penna, que se tornou presidente do BDMG.

Iniciando suas atividades em 1963, com dificuldades de capital e enfrentando resistências no meio empresarial, pois esse segmento já tinha uma tradição de relacionamento com os bancos comerciais (não dando atenção ao novo Banco Estatal de Fomento), a equipe do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais se viu obrigada a captar recursos externos, tendo que produzir estudos que subsidiassem essa demanda. Diniz (1981) registra que esses estudos acabaram tendo importância decisiva na história dessa instituição. Segundo ele, em 1963, o

BDMG enviou à Agency International Development (AID) um pedido de financiamento, acompanhado de um estudo da Economia Mineira (...). Trata-se do primeiro estudo que o

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

BDMG elaborou sobre a economia mineira, sendo o embrião para futuras iniciativas e daí a sua importância histórica. (p. 152).

Determinado a contribuir para vencer o subdesenvolvimento mineiro, o BDMG buscou novos caminhos, desde a sua implantação efetiva, procurando arregimentar o melhor que havia de disponível em recursos técnicos para criar o seu Departamento de Estudos e Planejamento, como o objetivo de produzir estudos para o próprio Banco, como promovido pelo BDMG. Em um dos seus seminários regional, o BDMG traça o diagnóstico da economia mineira ressaltando que seus fortes traços de subdesenvolvimento: havia um baixo grau de urbanização, com predominância da atividade agropecuária, com diferenças de produtividade; com os baixos níveis de saúde e escolarização causados pelo tipo de povoamento que ocorrera no estado; com a atividade pecuária manejada extensivamente e com a atividade extrativista predatória. Por esse diagnóstico, a economia mineira nessa época foi caracterizada como subdesenvolvida com base no tripé exposto por Diniz (1981):

Minas Gerais fora explorada inicialmente através da extração do ouro e das pedras preciosas, depois pelo fornecimento de minério de ferro e de produtos primários aos polos industriais brasileiros e, por último, através de insumos industrializados (aço e cimento) e energia elétrica, para acelerar a industrialização do Estado de São Paulo. (p. 157)

Certifica-se que o *Diagnóstico da Economia Mineira*, elaborado pelo BDMG em 1968, transformou-se no marco fundamental do desenvolvimento alcançado no final do século passado, pois foi a partir dele que se estabeleceu o aparato institucional de fomento, que passou a vigora até hoje sem maiores alterações e que articula a ação e a participação da Gestão Pública do Estado de Minas Gerais na atração de investimentos. O BDMG teve participação marcante no desenvolvimento econômico do estado, principalmente até o início da década de 80, em que a abundância de recursos federais e externos assegurou seu poder de alavancagem, possibilitando a economia mineira crescer a taxas maiores que a média nacional no período.

Outra instituição que contribuiu para o desenvolvimento de Minas foi o Instituto de Desenvolvimento Industrial – INDI, criado com o objetivo de apoiar e promover a indústria mineira. O INDI de Minas Gerais nasceu em 30/05/1968, com a assinatura do contrato de constituição do Instituto entre o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e as Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig). Em dezembro

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

daquele ano, o INDI, a Cemig e o BDMG começaram a elaborar o “Plano de Ação para o Aceleração do Desenvolvimento de Minas Gerais”. O INDI foi o principal instituto mineiro com a missão de desenvolver o setor industrial do Estado. O objetivo da Instituição era despertar o interesse dos potenciais investidores nacionais e estrangeiros para as potencialidades ou vantagens comparativas que o Estado teria em relação às outras regiões do Brasil. Era uma instituição que se preocupava com a elaboração de estudos em busca de oportunidades para a industrialização do Estado. O Instituto aproveitou o conhecimento acumulado pelo BDMG sobre a situação econômica de Minas, inclusive das primeiras experiências de estudos de oportunidade industrial, lançando mão da experiência da Cemig no trato com consultorias internacionais, contratando inclusive a firma americana Arthur D. Little Inc. (ADL), empresa que tinha experiência em projetos de desenvolvimento industrial em algumas regiões do mundo, para assessorar na montagem do próprio INDI e dos primeiros trabalhos. Além da experiência da Arthur D. Little, esse relacionamento representou a ponte para os investidores internacionais, em um momento de grande liquidez internacional e de condições políticas e econômicas favoráveis para a entrada de investimentos estrangeiros no Brasil.

O plano de trabalho inicial do INDI estava assentado nas seguintes bases e etapas: análise da situação econômica do estado de Minas tomando com referência os seus recursos naturais; identificação dos seus principais problemas e das possíveis soluções, com a identificação dos setores prioritários; estudo detalhado dos setores identificados na primeira etapa; estudo pormenorizado das oportunidades industriais selecionadas e identificação dos investidores potenciais e promoção por meio de contato com investidores. O INDI tinha em seu poder o instrumento de reembolsar as empresas pelo seu investimento por meio de parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM. Esse incentivo constituía um forte instrumento para atração de investimentos privados ao Estado de Minas, pois esses, oportunizados pela Lei n 12.159 de 10.11.1969 (lei que criara o gabinete de incentivos fiscais), consistiam na vinculação de 40% do valor do ICM destinado ao Estado para as seguintes finalidades: 25,6% para a compensação dos investimentos realizados pelas empresas, 4% para a realização de capital do BDMG e 2,4% destinados à Fundação João Pinheiro para constituir um fundo de financiamento para pesquisas executadas pela Fundação, conforme Diniz (1981, pp. 160-163).

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

Durante a década de 1970, a contribuição do INDI foi imprescindível para a modernização e diversificação da economia mineira. Surgiram empresas das indústrias eletroeletrônica, automotiva, química e fertilizantes. Também foi registrada a expansão considerável do parque siderúrgico, um dos setores tradicionais da economia estadual. Nos anos 80, com os desdobramentos do segundo choque do petróleo, o INDI atuou na busca de novas alternativas para Minas Gerais enfrentar os problemas que então atingiam toda a economia mundial, participando de estudos que viabilizaram a substituição de importações da indústria mineira e a busca por novas alternativas de combustíveis para impulsionar o desenvolvimento. Apesar das dificuldades, o INDI ampliou suas relações internacionais no período, participando do Programa de Cooperação Industrial Minas-Alemanha (PCI), cujo objetivo era maior internacionalização das empresas mineiras por meio da promoção de exportações, transferência de tecnologias e associações entre empresas mineiras e alemãs.

A Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI-MG, hoje Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMIG, foi outra instituição importante que resultou da transformação do Departamento de Industrialização da Secretaria Estadual de Agricultura. Ao ser criada em julho de 1971, por meio da lei estadual 5.721, propunha um plano de trabalho de desconcentração industrial, tendo assim construído distritos industriais em cidades polos como Montes Claros, Pirapora, Uberlândia, Juiz de Fora e, posteriormente, em Betim, Nova Lima, Vespasiano e Santa Luzia, municípios da região metropolitana de Belo Horizonte. A CDI-MG foi responsável por promover a criação de Distritos Industriais (DI) em outras partes do Estado, avaliando as áreas onde seria interessante a introdução desse tipo de organização industrial e promovendo estudos necessários à escolha mais adequada dentro do município. Concluídos esses estudos preliminares, promovia a compra ou desapropriação dos terrenos para posteriormente coordenar a execução das obras de infraestrutura de acordo com os projetos de urbanização já concluídos. Ela concedia ainda às empresas um conjunto de benefícios, como incentivos fiscais por tempo determinado, como também infraestrutura para a implantação das unidades produtivas, fornecia ainda apoio técnico às prefeituras municipais onde foram criados os distritos. Por isso que Mendes Oliveira, em sua pesquisa *A Experiência Mineira na Implantação de Distritos Industriais em Municípios de Pequeno Porte: O Caso de Elói Mendes*, historia que a CDI-MG teve importante

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

papel na industrialização de Minas Gerais, por implantar, ao longo de seus trinta anos, DIs em diferentes partes do estado (Oliveira, 2006, p. 5).

Por fim a Fundação João Pinheiro – FJP foi outra instituição mineira de apoio ao desenvolvimento, criada em 1969 e que contou com a participação do BDMG, como atesta Diniz (1981, p. 162.), com o objetivo de ser uma instituição de pesquisa e ensino. Vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, fornece conhecimento e informações para o desenvolvimento do Estado e do país, tendo como característica a contínua inovação na produção de estatísticas e na criação de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais, bem como, prestando serviços a instituições federais, estaduais e municipais, empresas e organizações privadas, universidades, institutos de pesquisa, organismos internacionais e entidades representativas de diversos segmentos sociais.

Foi daquela época a definição da Área Mineira do Polígono das Secas, pois em 1965 a Secretaria de Desenvolvimento Econômico contratou um estudo junto à Sociedade de Estudos Técnicos Econômicos Regionais – SETER, sobre a situação econômica e social da área mineira do polígono das Secas. Em 1966, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Norte de Minas – SUDEMINAS, por meio da Lei estadual nº 10.023 de 23.08.1966 e pelo Decreto nº 18.064 de 24.08.1976, para defender e representar os interesses do Estado junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Posteriormente, a SUDEMINAS, passou a se chamar SUDENOR, e logo em seguida IDENE. No entanto, coube mais uma vez ao BDMG realizar um amplo estudo, denominado *Área Mineira do Polígono das Secas: situação e problemas*. Nesse estudo, efetuou-se um levantamento da situação econômica e social da região, seus principais problemas e potencialidades econômicas, e esse trabalho foi apresentado no primeiro encontro de Investidores da Área Mineira do Polígono das Secas, em agosto de 1967 em Pirapora, sendo convidados vários investidores em potencial. Nesse período, foram criados o Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos para a Área Mineira do Polígono das Secas – FINEPOL e a Carteira Especial de Aplicações na Área Mineira do Polígono das Secas – CEAPS, para apoiar iniciativas na e da região. Mais uma vez Diniz (1981) registra que a “melhoria da infraestrutura e o esquema de apoio e promoção trouxeram grande repercussão para a região, tornando a área Mineira da SUDENE, por sua posição estratégica, uma localização indicada.” (pp. 164-165).

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

Pode-se dizer que, na década de 1960, o Estado de Minas Gerais estruturou um eficiente aparato institucional de apoio à industrialização mineira, com forte influência de duas instituições, o BDMG e a Cemig, e, nessas duas instituições, como já se registrou, encontrava-se a inteligência mineira, oriunda da Escola de Minas de Ouro Preto e da Faculdade de Economia da UFMG. Essa estratégia de erguer um conjunto de instituições no estado produziu significativas alterações na economia mineira, incorporando novos produtores de bens de capital e bens de consumo duráveis e de diferentes produtos intermediários, propiciando o adensamento das relações industriais dentro da própria economia regional, ampliando o atendimento dos mercados internos e externos, porém, sem modificar substancialmente sua configuração de uma economia especializada na produção de bens intermediários.

Tabela 3 Instituições que potencializaram o desenvolvimento em Minas Gerais a partir dos anos 50

ANO	INSTITUIÇÃO	OBJETIVO
14/12/1951	Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig	Dar suporte ao desenvolvimento de Minas Gerais.
13/04/1962	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG	Apoiar a industrialização mineira. Defender os interesses do Estado de Minas junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.
23/08/1966	Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas – SUDEMINAS/SUDENOR/IDENE	Atuar na prospecção, indução e atração de investimentos para o desenvolvimento de Minas Gerais.
30/05/1968	Instituto de Desenvolvimento Industrial – INDI	Produzir e compartilhar conhecimentos e estatísticas, formar gestores e induzir políticas públicas.
00/00/1969	Fundação João Pinheiro – FJP	Promover a criação de Distritos Industriais no interior do Estado.
07/1971	Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI-MG	

Diniz (1981, p. 165) afirma que o BDMG-INDI-CDI-FJP fora o arranjo de apoio à industrialização mineira, sustentada na Secretaria da Fazenda e no sistema de incentivos fiscais. Esses órgãos facilitavam o acesso e eliminavam os labirintos da burocracia pública e pelo seu caráter de autonomia administrativa e financeira, dispunham de facilidades, rapidez e eficiência nas suas ações, inclusive na arrecimação e contratação de pessoas.

4. Investimento na formação bruta de capital em Minas Gerais

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

Quanto ao investimento, objeto deste trabalho, a década de 70 pode ser considerada como a principal época do investimento na economia do Estado de Minas (Tabela 3), pois os indicadores de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) tiveram desempenhos sempre superiores à média brasileira. Os investimentos (FBCF) no estado, tanto públicos como privados, cresceram naquela década a taxa médias anuais de 14,3%, enquanto, no mesmo período, no Brasil cresceram 8,7%. Com esse lugar de destaque na atração de investimento, o estado de Minas elevou a sua participação nos investimentos totais brasileiros, sensivelmente ao longo desse período (Tabela 4).

Tabela 4 - Dados comparativos da FBCF de Minas Gerais/Brasil 1970/1985 (%)

ANOS	Participação relativa	Taxa de crescimento		Taxa de investimento (FBCF/PIB)	
	MG/BR	BR	MG	BR	MG
1970	9,50	---	---	18,80	21,00
1971	8,70	15,30	3,10	19,70	20,00
1972	8,90	16,70	12,80	20,20	21,30
1973	9,50	21,00	29,00	21,40	24,90
1974	9,90	13,30	21,80	22,80	25,10
1975	11,20	9,70	35,50	24,40	30,20
1976	13,10	6,80	28,70	22,50	33,00
1977	14,30	-1,40	14,80	21,30	32,70
1978	13,70	3,10	2,90	21,8	31,90
1979	12,40	4,70	1,40	22,80	29,70
Média anual	11,12	8,69	14,34	21,57	27,08
1980	13,30	8,50	-4,30	22,00	31,20
1981	13,00	-13,30	-6,20	22,20	30,40
1982	13,10	-5,40	-2,60	20,60	27,70
1983	13,50	-17,00	-8,30	17,10	25,20
1984	9,80	4,10	-22,80	16,50	19,10
1985	8,80	11,60	-2,70	18,00	18,10
Média anual	11,92	-2,52	-8,10	19,40	25,28

Adaptado de Secretaria Estadual de Planejamento de Minas Gerais - Agregados Regionais: Formação Bruta de Capital Fixo 1970-1985. (citado em BDMG. (2002b). *Minas Gerais so Século XXI. O ponto de partida*. Volume I. Belo Horizonte: Rona Editora.

Na primeira metade da década de 80, Minas teve uma média de -8,10%, enquanto o Brasil teve uma média de -2,5% a.a. na queda do seu investimento (FBCF), REGMPE, Brasil-BR, V.1, N°4, p. 89-110, Jul./Ago.2016 <http://www.regmpe.com.br> Página 102

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

confirmando mais uma vez o comportamento da economia mineira face à nacional, devido a sua estrutura produtiva setorial e industrial, pois, quando essa vai bem, a economia mineira cresce a taxas superiores e quando a economia nacional não vai bem, a mineira acompanha num ritmo bem abaixo dessa.

Por outro lado, conforme a Tabela 3, quanto à taxa de investimento, a economia mineira obteve em média, na década de 70, 27,08% contra 21,6% do Brasil; e manteve no início dos anos 80 um padrão de investimento 27,1% acima da média nacional, sendo que Minas ficou com 25,3%, enquanto o Brasil ficou com 19,4%, reafirmando o padrão de crescimento e investimento na economia mineira. Essa expansão extraordinária dos investimentos em Minas Gerais nos anos 70 tem sua justificativa em suas vantagens de localização geográfica no país; os recursos naturais existentes no Estado; a política de incentivos fiscais e o articulado apoio institucional a industrialização, como também a privilegiada posição do Estado nas grandes metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, do Governo Federal. Já a década de 80 foi marcada pela retração e estagnação do crescimento econômico, tanto do Brasil quanto em Minas Gerais, onde o processo de transformação e dinamização da economia, acelerado nos anos 70, conheceu uma inequívoca descontinuidade a partir dos anos 80, caracterizada pela queda das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB. Com isso, a participação do estado de Minas Gerais no PIB nacional manteve-se praticamente inalterada (Tabela 5).

Tabela 5 - Participação relativa das unidades da federação no PIB do Brasil, nos anos 80 e 90, a preços de mercado

Unidades da Federação	1980	1990
Minas Gerais	9,44	9,29
São Paulo	37,66	37,02
Rio de Janeiro	13,55	10,88
Paraná	5,94	6,35
Rio Grande do Sul	8,07	6,13
Brasil	100,00	100,00

Adaptado de IBGE. Contas Regionais. (citado por BDMG. [2002b]. *O ponto de partida*. Volume I. Belo Horizonte: Rona Editora.p.35)

Uma das razões que explica essa drástica contração de investimento na década de 80 está associada à crise da dívida externa que pôs em cheque a capacidade de gasto do Estado Brasileiro, e os investimentos das empresas estatais chegaram a níveis bastante reduzidos, como registra o BDMG (2002b): “(entre) 1980 e 1984, os investimentos

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

públicos caíram dramaticamente não chegando a atingir um terço do nível de 1980. A maior parte desta queda pode ser atribuída à contração dos investimentos federais nas empresas estatais”. (p. 94) Observa-se, na Tabela 5, que somente o estado do Paraná, na década de 80, teve o seu crescimento relativo potencializado em detrimento dos demais Estados da Federação, que viram declinar sua participação no PIB nacional. Essa descontinuidade não ficou evidente porque o Estado de Minas Gerais registrou taxas de crescimento mais elevadas do que a observada para o conjunto do Brasil na década de 70, devido à utilização da capacidade produtiva expandida anteriormente e ao volume significativo de investimentos públicos que vinham sendo financiados por meio de empréstimos externos e de transferências negociadas com o Governo Federal nos setores de saneamento básico, estradas vicinais, habitação popular, redes de transmissão de energia hidrelétrica. (Fernandes & Oliveira, 2010, p. 7).

Tabela 6 - Taxa de crescimento do PIB no Brasil e Minas Gerais de 1981 a 1994

ANO	Brasil	Minas Gerais
1981	- 4,5	- 2,1
1982	0,5	- 0,7
1983	- 3,5	- 3,1
1984	5,3	2,3
1985	7,9	9,4
1986	7,6	5,4
1987	3,6	3,5
1988	- 0,1	- 0,3
1989	3,3	- 2,6
1990	- 4,4	3,4
1991	1,1	4,1
1992	- 0,9	- 1,2
1993	5,0	2,8
1994	5,9	7,0
Média 1981-1985	1,14	1,16
Média 1986-1990	2,00	1,88

Adaptado de Banco Central do Brasil, CEI e FJP (citado em Oliveira, F. A. & Siqueira, W. B. [Org.]. [2010]. *As Muitas Minas: ensaios sobre a economia Mineira*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia de Minas Gerais).

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

Observa-se na Tabela 6 que a oscilação apresentada na década de 1980 só não foi maior, como normalmente ocorre na economia mineira, devido aos investimentos ocorridos nos anos 70. Verifica-se que a média do Brasil para 1981 a 1985 foi de 1,14%, enquanto para Minas foi de 1,16%; já de 1886 a 1990, a média para o Brasil foi de 2,0% e para Minas foi de 1,88%.

No início da década de 90, a retração dos investimentos se aprofundou em meio à crise econômica e política brasileira com o Governo Collor, mas esse cenário foi alterado a partir de 1994 até 2007, com o advento do Plano Real que conseguiu

conter a inflação sem induzir à recessão. . . . provocou, no curto prazo, remonetização e expansão creditícia, bem como uma expansão da demanda associada com os efeitos da renda e riqueza. Simultaneamente a abertura comercial e a sobrevalorização do câmbio reduziram substancialmente os preços das máquinas e equipamentos importados. Como resultado, nos dois anos seguintes ao plano real, ocorreu um *Miniboom* de investimento, concentrado, em grande medida nos setores produtores de bens de consumo (BDMG, 2002b, p. 95).

Minas Gerais foi um dos estados que mais se beneficiou desse momento, ficando atrás somente de São Paulo nos investimentos anunciados. O desempenho da economia mineira no período de 1994 a 2007 pode ser explicado por estes fatores: posição privilegiada do estado no movimento de desconcentração de capital a partir de São Paulo; capacidade de organizar suas instituições e promover as articulações governo-empresa privada de forma a constituir um ambiente favorável a novos e existentes empreendimentos; boa infraestrutura econômica e social e um grau elevado de institucionalização de regras de incentivo aos investimentos privados, reduzindo as incertezas das empresas que queriam se instalar no Estado. Tabela 6 demonstra o comportamento da economia brasileira e mineira de 1990 até 2012.

Tabela 7 - Crescimento do PIB do Brasil e Minas Gerais - 1990 a 2012 - % a.a.

Ano	Brasil	Minas
1990	-4,4	3,4
1991	1,1	4,1
1992	-0,9	-1,2
1993	5,0	2,8
1994	5,9	7,0
1995	4,42	3,57
1996	2,15	5,96
1997	3,38	4,01
Ano	Brasil	Minas
1998	0,04	-0,12
1999	0,25	2,01
2000	4,31	6,19

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

2001	1,31	0,39
2002	2,66	2,11
2003	1,15	1,45
2004	5,71	5,90
2005	3,16	3,99
2006	3,97	3,86
2007	5,67	5,73
2008	5,2%	5,2%
2009	0,3%	-4,3%
2010	7,5%	8,9%
2011	2,7%	2,5%
2012	1%	2,3%

Adaptado de IBGE e FJP (citado em Oliveira, F. A. & Siqueira, W. B. [Org.]. [2010]. *As Muitas Minas: ensaios sobre a economia Mineira*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia de Minas Gerais. p. 6 e 15).

Analisando a Tabela 7, o desempenho da economia brasileira na década de 90, medido pelo crescimento do PIB, foi modesto, com exceção do período 1993-1995, que corresponde ao início da implantação do Plano Real. Nesse período, houve uma fase de reduzidas taxas de crescimento, como nos anos de 1998 e 1999, marcados por uma recessão da atividade econômica. Em 1999, o país se viu às voltas com uma forte desvalorização do Real, devido a crises financeiras internacionais (como a da Rússia em 1998) que resultaram em um aumento dos juros reais e da dívida interna brasileira e em forte fuga de capitais.

Em 2000, superadas as dificuldades dos anos anteriores, a economia brasileira cresce 4,3% e a mineira a 6%, vindo a enfrentar uma nova fase de baixas taxas de crescimento a partir de 2001, em consequência da crise energética que afetou negativamente o consumo e a produção no país, da crise financeira da Argentina e do ataque terrorista ao World Trade Center nos Estados Unidos. Nos anos de 2002 e 2003, a economia foi afetada pelas incertezas do mercado acerca da eleição presidencial e da condução da política econômica pelo novo presidente.

A economia mineira apresentou boas taxas de crescimento nos anos de 1996 e 1997, com uma queda acentuada em 1998 e 1999 e um crescimento em 2000, superior ao verificado no país. Em 2001, a economia mineira apresentou taxa de crescimento muito pequena e uma recuperação em 2002, reduzindo o crescimento em 2003. De 2004 a 2007, acompanhando a trajetória da economia nacional, Minas Gerais registrou um crescimento superior a 4% a.a.

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

Cabe observar que nos anos mais críticos de todo o período analisado (1997-1998-1999 e 2001), as taxas de crescimento da economia mineira foram inferiores às taxas da economia brasileira e que nos demais anos o crescimento da economia mineira mostrou-se superior às taxas de crescimento da economia nacional. Vê-se que, devido à natureza de sua estrutura produtiva, a economia mineira apresenta ciclos que acompanham a economia nacional, mas que a fazem reagir de forma mais intensamente positiva nos ciclos de expansão e de forma mais negativa nos de retração da atividade econômica nacional, conforme a Tabela 7. Como exemplo, mais uma vez, tem-se o fenômeno de 2009, em que o Brasil teve uma retração no seu PIB de 03,9% e Minas Gerais -4,3%, recuperado positivamente em 2010 em que o Brasil cresceu 7,5% e Minas 8,9% (ver Tabela 7). A economia mineira nesse período consolidou sua especialização na produção de bens intermediários, aumentando a sua participação na produção de bens duráveis e de capital. Esse processo contou com o papel indutor do governo do Estado, que foi fundamental, com sua política de incentivos fiscais estruturada na década de 60, com o objetivo de diversificar a economia mineira, como visto, por meio das instituições anteriormente citadas.

4. Investimento e instituição como vetores do desenvolvimento

Ao concluir este artigo, dois aspectos merecem ser destacados. O primeiro é sobre investimento e o segundo é sobre a capacidade Institucional que o Estado de Minas Gerais criou para atrair e gerir investimentos. Não se pode esquecer que o investimento, como bem ensina Marshall, é uma mola propulsora que liga o presente ao futuro. Vale relembra-lo quando assinala que

à medida que a civilização tem progredido, o homem tem sempre desenvolvido novas necessidades e novos e mais dispendiosos meios de satisfazê-las De todos os lados novas perspectivas se oferecem, todas elas tendendo a transformar o caráter de nossa vida social e industrial, a habilitar-nos a empregar grandes reservas de capitais, a fim de prover novas satisfações e novos meios de economizar esforços pela aplicação antecipada destes, tendo em vista necessidades remotas Toda a história do homem mostra que suas necessidades se expandem com o crescimento de sua riqueza e de seus conhecimentos. (Marshall. 1996. pp. 277-278) .

Preocupar-se com a gestão do investimento como tarefa do Estado, como ensina Keynes, é, acima de tudo, antecipar, prevenir o porvir, pois as necessidades humanas

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

expandem com o crescimento da sua riqueza como também com a expansão do seu conhecimento, como acima assinala Marshall.

O segundo diz respeito da capacidade Institucional que o Estado de Minas Gerais criou para atrair e gerir seus investimentos, como bem ensinou Denise Andrade Rodrigues (1988), pois com trabalho árduo que Minas Gerais empreendeu para construir uma estrutura institucional (INDI, CEMIG, FJP, CDI e BDMG) a fim de não só atrair e gerir investimento, mas também para alterar as características da economia mineira, transformando-a de uma economia agrícola e extrativista em uma economia de bens intermediários, duráveis e de capital..

Finalmente, o terceiro aspecto, é a subscrição, a partir deste estudo, à posição de Keynes (1996) de que o Estado deve “assumir uma responsabilidade cada vez maior na gestão direta dos investimentos com base nos interesses gerais da comunidade” (p. 171). Por isso, é fundamental “não abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o volume corrente de investimentos, mas que o Estado coordene este processo.” (*ibid*).

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por: Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, na sua componente FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) [Projeto nº 006971 (UID/SOC/04011)]; e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2013.

Referências

- Amaral Filho, J. do. (2011). Sistemas e Arranjos Produtivos Locais. In. *Planejamento e Políticas Públicas. Instituto de Pesquisa e Planejamento Aplicada*. n. 36 (jan.-jun./2011). Brasília: IPEA.
- Amorim, R.L.C., Campos, A. G. & Garcia, R. C. (Eds).(2008) *Brasil: o estado de uma nação. Estado, crescimento e desenvolvimento: a eficiência do setor público no Brasil/2007*. Brasília: IPEA.
- Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - BDMG. (2002a). *Minas Gerais do século XXI. Uma Visão do Novo Desenvolvimento* (Volume Especial). Belo Horizonte: Rona Editora.
- Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - BDMG. (2002b). *Minas Gerais do século XXI. O ponto de partida*. (Volume I). Belo Horizonte: Rona Editora.
- Diniz, C. C. (1981). *Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira*. (Série Dissertações e Teses). Belo Horizonte: Imprensa UFMG.
- Diniz, F. J. de S. (2010). *Crescimento e desenvolvimento econômico. Modelos e agentes do processo* (2ª ed.) (pp. 298-299). Lisboa: Edições Sílabo.

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

Fernandes, C. L. L. & Oliveira, F. A. de. (2010). Características e Evolução Recente da Economia Mineira. In *As Muitas Minas. Ensaios sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia.

Figueiredo, L. & Resende, G. M. (2013, Abril). *Crescimento Econômico em Minas Gerais, 1970 – 2010*. n. 22. 1-99. Recuperado de doi: ISSN 1806-3187. Belo Horizonte: Caderno do BDMG.

Galvão, O. J. A. (1993) Comércio Interestadual por vis internas e integração regional o Brasil. In *Encontro Nacional de Economia*. Belo Horizonte. (257-280). *Anais...* Niterói: ANPEC.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013). *Contas regionais 2011* (Série relatórios metodológicos), v. 40. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Contas regionais do Brasil 2012* (Série relatórios metodológicos), v. 43. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. (2010) *Clássicos de literatura econômica: textos selecionados de macroeconomia*. (3ª ed).. Brasília: IPEA.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.(2012) Formação Bruta de Capital Fixo nos Municípios Brasileiros: uma análise exploratória (163-176). In *Brasil em Desenvolvimento 2011: estado, planejamento e políticas públicas*: v.1. Brasília: IPEA.

Keynes, J. M. (1985). *Inflação e deflação* (2ª ed.). (Coleção os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural.

Keynes, J. M. (1996). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural.

Marshall, A. (1996). *Princípios de Economia*. Tratado Introdutório (Vol. I). São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda.

Martone, C. L. (2001). *Instituições, setor público e desenvolvimento no Brasil*. O Brasil do Século XXI. Antônio Delfim Netto (Coord.) São Paulo: Sariaiva.

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. (2003). *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – 2003-2020*. Recuperado em 12 Agosto, 2014 de <http://www.planejamento.mg.gov.br/planejamento-e-orcamento/plano-mineiro-de-desenvolvimento-integrado>.

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. (2011). *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – 2011-2030*. Recuperado em 12 Agosto, 2014 de http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/pmdi/pmdi_2011_2030.pdf.

Oliveira, E. M. (2006). *A Experiência Mineira na Implantação de Distritos Industriais em Municípios de Pequeno Porte: O Caso de Elói Mendes*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Oliveira, F. A. & Siqueira, W. B. (Org.) (2010). *As Muitas Minas: ensaios sobre a economia Mineira*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia de Minas Gerais.

Oliveira, M.F. & Rodrigues, L. (2000). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes.

Rodrigues, D. A. (1998/12). *O Papel dos Governos Estaduais na Indução do Investimento: a experiências dos Estados do Ceará, Bahia e Minas Gerais*. Rio de Janeiro: BNDES. Recuperado em 10 Agosto, 2014 de bndes.gov.br/publicações.

Gestão pública e Atração de Investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40

Public Management and Investment Attraction in Minas Gerais since the 1940s

Rodrigues, F.H.L. (2006). *Investimento Direto Estrangeiro e Empresas Transnacionais: Reflexões de Pensadores da CEPAL*. Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

Teixeira, A. (2010). *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Ensaios e comentários de Aloísio Teixeira, Gilberto Maringoni, Denise Lobato Gentil. Brasília: IPEA.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG.(S.d.) Recuperado em 15 Setembro, 2014 de <http://www.tce.mg.gov.br/>.